

A PRÁTICA PEDAGÓGICA COM ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SALA COMUM

6

Karina S. M. M. Pagnez

- 6.1** Introdução
 - 6.2** O trabalho colaborativo
 - 6.3** A diversidade em sala de aula
 - 6.4** A prática pedagógica na e para a diversidade
 - 6.5** Conclusão
- Referências

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS · USP/UNIVESP

6.1 Introdução

Ao pensarmos na educação inclusiva como proposta para a construção de uma escola de acesso para todos e de qualidade, a prática pedagógica precisa ser repensada e, em algumas situações, transformada quando se atua com alunos público-alvo da educação especial. E isso



Figura 6.1: A participação ativa de todos os alunos permite o acesso ao conhecimento de todos. / Fonte: Thinkstock.

é pertinente e enriquecedor, tanto para o professor quanto para todos os alunos ao exigir uma formação que dialogue com essas especificidades e permita ao professor compreender as diferentes formas de aprender dos alunos indistintamente.

Parte-se do princípio de que diferentes formas de ensinar possibilitam o acesso aos conhecimentos dos alunos a partir de suas especificidades na consolidação do conhecimento.

Com o objetivo de discutir as questões de sala de aula, partiremos da retomada do que foi apresentado no texto da aula passada a respeito das especificidades dos alunos público-alvo da educação especial.

6.2 O trabalho colaborativo

Basta atuar algum tempo na escola, em sala de aula, para construirmos um sentimento de solidão e abandono. Digo isso porque, não somos, na maioria dos cursos de licenciatura, preparados a pensar em equipe ou atuar em colaboração. Quando se levanta essa questão na Educação Especial, diferentes autores entre eles Mendes, Almeida e Toyoda(2011); Machado e Almeida(2010), discutem o trabalho colaborativo, a parceria entre especialistas e capacitados.



Figura 6.2: O trabalho em equipe no qual um auxilia o outro pelo prazer de aprender juntos. / Fonte: Thinkstock.

Uma reflexão realizada por Mendes (2011, p. 1):

A preocupação sobre as práticas inclusivas nas escolas públicas no Brasil começou após a Declaração de Salamanca, com desafios e dúvidas. Ainda hoje, passados cerca de 15 anos, os professores do ensino regular se queixam dizendo que não têm conhecimento suficiente ou preparo formal para lidar com crianças com necessidades educacionais especiais, especialmente quando estas apresentam disfunções graves, como paralisia cerebral, deficiência intelectual e comportamentos desafiadores. A colaboração entre profissionais da Educação Especial e Regular pode ser uma alternativa para enfrentar tais desafios.

Quando o docente assume sua atividade profissional, ele não se encontra preparado para enfrentar situações que exigem dois elementos importantes que não costumam ser desenvolvidos nos cursos de formação: o trabalho colaborativo e a flexibilidade metodológica, que possibilitam o planejamento de atividades que busquem atender a demandas de diferentes processos de aprendizagem. Quando pensamos em atividades que venham a favorecer a aprendizagem de um aluno surdo, podemos indiretamente auxiliar um aluno ouvinte que necessite de explicações que se fundamentam em construções visuais e espaciais.

Mas ao que se refere o ensino colaborativo:

Sob essa perspectiva, com o advento da filosofia de inclusão escolar, intensificou-se a argumentação de que todos os estudantes devem ser escolarizados numa mesma sala de aula. Entretanto, a prática inclusiva implica desafios consideráveis para o professor de classe comum. Cada vez mais se tem trabalhado o princípio de que os professores não devem trabalhar sozinhos, mas em equipes que apresentem propostas, cujas funções tenham objetivos comuns para melhorar a escolarização de todos os alunos.

Assim, o poder das equipes colaborativas encontra-se na capacidade para fundir habilidades únicas de educadores, para promover sentimentos de interdependência positiva, desenvolver habilidades criativas sobre resolução de problemas, promover apoio mútuo e compartilhar responsabilidades. (MACHADO; ALMEIDA, 2010, p. 345)

Diante dessa possibilidade:

O trabalho colaborativo pode diminuir distinções de papéis existentes entre os profissionais envolvidos, a fim de que cada um possa fazer o melhor uso possível de seus saberes. Onde o desafio reside somente definir um bom funcionamento da equipe, e melhor utilizar todos os conhecimentos existentes.

Um dos modelos de trabalho colaborativo que vem sendo investigado tem sido a colaboração entre o professor da educação regular e o do ensino especial. O Ensino colaborativo (*Co-teaching* - termo utilizado na Língua Inglesa) proposto por autores norte-americanos considera importante a atuação de dois ou mais profissionais dando instruções em um mesmo espaço físico.

O ensino colaborativo tem sido utilizado para favorecer a inclusão escolar, envolvendo a parceria direta entre os professores da Educação comum e especial. Tal forma de trabalho está em crescente ascensão na literatura como uma estratégia inclusiva. (MACHADO; ALMEIDA, 2010, p. 345)

Para que seja possível esta bidocência, é necessário que:

Professores de educação especial e regular devem se responsabilizar pelo planejamento e avaliação do ensino para um grupo com ou sem necessidades educacionais especiais. Na sala de aula, os dois professores trabalham juntos e desenvolvem um currículo diferenciado visando à melhoria do ambiente de aprendizagem.

De modo geral, o objetivo do ensino colaborativo é criar opções para aprender e prover apoio a todos os estudantes na sala de aula de ensino regular, combinando as habilidades do professor comum e do professor especialista. (MACHADO; ALMEIDA, 2010, p. 345)

Cabe ressaltar como escrevem Machado e Almeida (2010,p. 346):

O ensino colaborativo está relacionado com a maneira de tratar novas ideias, de implementar mudanças, com os sentimentos de integração, de solidariedade e posturas de autoavaliação, autocrítica e de competências reflexivas coletivas.

Pesquisadores nacionais apresentam evidências de que esse tipo de ensino (colaborativo) traz uma série de benefícios para as escolas em que se efetiva, entre eles: o papel de recuperar nos professores as suas capacidades de produzir conhecimentos sobre seu trabalho, promovendo aperfeiçoamento contínuo e aprendizagem.

No entanto, é mister salientar que ainda são poucos os trabalhos relacionados com esse tema no Brasil – ensino colaborativo –, o que implica o desenvolvimento de mais pesquisas, bem como justifica o relato da presente experiência profissional para uma futura replicação.



Conheça a [pesquisa](#) realizada por Machado e Almeida (2010).

6.3 A diversidade em sala de aula

Uma questão importante a considerar na função de professores nos é apresentada por Blanco (2004, p. 290):

Existem necessidades educativas comuns, compartilhadas por todos os alunos, relacionadas às aprendizagens essenciais para o seu desenvolvimento pessoal e sua socialização, que se expressam no currículo escolar. Nem todos os alunos, porém, enfrentam com a mesma bagagem e da mesma forma as aprendizagens estabelecidas nele, visto que têm capacidades, aprendizagem. O conceito de diversidade remete-nos ao fato de que todos os alunos têm necessidades educativas individuais próprias e específicas para ter acesso às experiências de aprendizagem.

Considera-se que todos os alunos apresentam diferenças, que precisam ser incorporadas aos planejamentos, a fim de realizar o que nos propomos a ensinar. Cada vez mais, os processos de ensino se afastam da realidade cotidiana e, cada vez mais, tornam o conhecimento menos aplicável e compreensível. Ademais, os conhecimentos prévios dos alunos não são levados em consideração da forma que poderiam servir como base ou estrutura para que outros conhecimentos sejam construídos.

Blanco (2004) traz em seu texto uma reflexão a respeito do “aluno médio”, que é o aluno para o qual somos formados a ensinar; não há foco nem interesse pelas necessidades individuais, aqueles que não aprendem são excluídos e se tornam marginais ao processo de ensino e aprendizagem.

Essa autora discute a questão do currículo em seu texto, a partir da ideia da construção das dificuldades de aprendizagem, como resposta ao número de alunos que não aprendem na escola em comparação ao “aluno médio”:



Figura 6.3: Aprender a partir das diferenças é fundamental. / Fonte: Thinkstock.

Essa concepção, no âmbito curricular, seu lugar a propostas rígidas e homogeneizadoras, nas quais o planejamento educacional estabelece nos mínimos detalhes as decisões sobre o que, como e quando ensinar e avaliar, sem levar em conta que os processos de ensino e de aprendizagem ocorrem em contextos bastante diversos, o que gera muitas dificuldades de aprendizagem, repetências, absentéismo e fracasso escolar.

O absentéismo é um fenômeno cada vez mais comum, no qual o aluno está de corpo presente, mas sua mente está passeando ou vagando, perdida no desinteresse pelo conteúdo, pela forma ou pela falta de contato e diálogo do conteúdo com a sua vida cotidiana.

Contrária ao absentéismo, temos a aprendizagem significativa que diz respeito ao fato de o conhecimento ter significado para o aluno, dialogando com a sua realidade, consolidando a necessidade do conhecimento, sua compreensão e aplicabilidade.

Considera-se pertinente retomar a questão de que todos os alunos podem beneficiar-se das mudanças na prática pedagógica.

6.4 A prática pedagógica na e para a diversidade

No texto da aula anterior, abordamos as especificidades do público-alvo da educação especial e algumas possibilidades de atuação dos profissionais do atendimento educacional especializado.



Figura 6.4: A Libras propicia o acesso ao conhecimento. / Fonte: Thinkstock.

Agora faremos uma reflexão a respeito de mudanças na prática, que podem ser fundamentais no atendimento a todos os alunos. Ao receber em sala de aula um aluno surdo, que seja capaz de fazer leitura labial, dois elementos centrais serão: pedir a esse aluno que se sente próximo ao professor e, em hipótese alguma, falar enquanto escreve na lousa. Os alunos ouvintes também apoiam a compreensão da fala na visão; portanto, essa mudança auxilia o aluno surdo e os demais ao favorecer a visão para a consequente compreensão.

Não nos devemos tolher de utilizar palavras como olhar ou falar, mesmo tendo alunos surdos ou cegos, pois, para eles, as palavras têm um valor e peso na comunicação e **não se sentem ofendidos com o seu uso.**

Propomos uma reflexão que, ainda que preliminar, é fundamental para atuarmos com pessoas com deficiência. Pensemos em uma pessoa cega de nascimento: ela nunca viu nada, mas deveria ter podido construir o mundo a partir de suas possibilidades sensoriais. Além de não propiciarmos a essa pessoa a apropriação deste mundo pelos demais sentidos, ainda lhe transmitimos um sentimento de perda, de não ser capaz, pois – imagine tudo que essa pessoa não pode ver. Ledo engano e maior equívoco, se essa pessoa nunca viu, ela, em princípio, **não sentiria falta da visão para viver**; nós – a sociedade – é que dizemos às pessoas com deficiência o que lhes falta e investimos pesado nessa posição, ao invés de permitir-lhes que se tornem seres humanos plenos.

Há diversas pesquisas acontecendo pelo mundo com o uso de eco para que as pessoas cegas possam realizar atividades até então impossíveis, como andar com autonomia, andar de bicicleta, entre outras.

Para refletir!

E, falando objetivamente, quem de nós tem domínio e desenvolvimento em todos os sentidos? Será que não nos falta a sensibilidade para percebermos sabores e odores que não estamos preparados para perceber?

Quando o aluno não tem um sentido, é necessário utilizarmos outros para acessar a inteligência desse aluno e, além disso, para ensinar-lhe novos conhecimentos.

Para continuar motivando nossas reflexões...

Será que, ao ensinar com experiências mais concretas, **não favorecemos muitos mais alunos do que quando nos mantemos exclusivamente na abstração?**

Para o aluno surdo, dois elementos fundamentais para a comunicação e ensino são o espaço e a visão; eles são capazes de compreender conceitos abstratos a partir de descrições mais cuidadosas e concretas.



Figura 6.5: A aprendizagem da Libras como língua natural se dá desde cedo. / Fonte: [Thinkstock](#).

Para atender à demanda do visual e espacial, tem-se consolidado a pedagogia visual, que pretende propiciar o ensino a partir de construções mais concretas. Campello (2007) descreve a experiência de um grupo de professores em uma escola, em que um professor de ciências reclama pelo fato de não conseguir fazer com que os alunos surdos aprendam. Uma professora surda se levanta e, utilizando o seu corpo, explica a reprodução humana. Com os braços abertos e retos na altura dos ombros, as mãos voltadas para baixo fechadas – trompas e ovários – cabeça e tronco, representa o útero; e o colo do útero e a vagina seriam representados pelas pernas. Em poucos minutos, a professora explica a fecundação; todos os colegas ficaram surpresos, com

a simplicidade e clareza da explicação. Esta forma de explicar pode ajudar surdos e não surdos, e não exige investimentos nem tecnologias de ponta para sua efetividade em sala de aula.

Ao se atender um aluno cego em sala, uma questão importante é o tom de voz e a pronúncia, que faz a diferença para que esse aluno possa compreender, utilizar materiais que permitam o

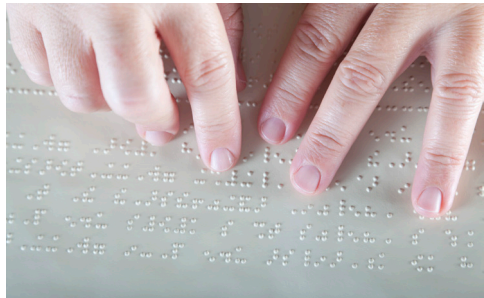


Figura 6.6: O Braille possibilita ao aluno cego acessar o conhecimento. / Fonte: Thinkstock.



Saiba mais sobre este tema, [acessando](#) o material tátil no ensino da geografia para deficientes.

Algo que pode fazer a diferença e é um direito para o aluno cego é o acesso a uma máquina Braille ou um laptop com DosVox, que é um programa gratuito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



Saiba mais sobre o projeto [DosVox](#).

O aluno com baixa visão exige o uso de cores contrastantes e de letra no tamanho 24, preferencialmente Arial ou *Times New Roman*. Esse aluno também se favorece com todos os materiais táteis elaborados para o uso em sala de aula.

O aluno com paralisia cerebral necessita que o professor possa se comunicar com ele e reconhecer suas possibilidades de aprendizagem mesmo sem poder comunicar-se como os demais alunos. As pranchas de comunicação (**Figura 6.7**) realizam plenamente essa função.

Essas pranchas podem ser utilizadas também com alunos com deficiência intelectual; esses alunos se beneficiam com os materiais concretos elaborados para uso em sala de aula.

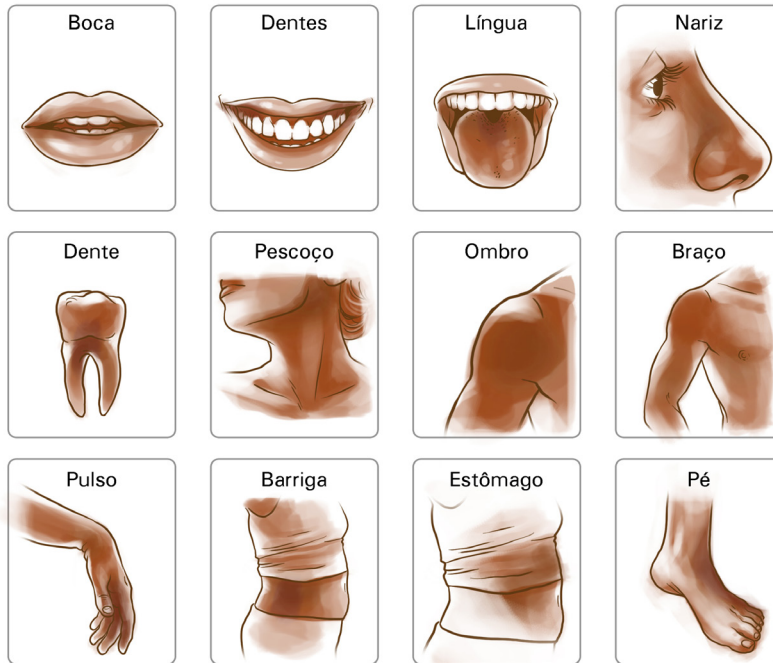


Figura 6.7: A prancha de comunicação possibilita o acesso à inteligência e a construção de conceitos e de conhecimento.

Alunos com Síndrome de Asperger exigem uma organização lógica e testam nossa paciência, pois requerem um nível de detalhamento profundo de situações, que não é necessário para outros alunos. As respostas desses alunos são, geralmente, objetivas ou com uma linguagem rebuscada.

Marchesi (2004, p. 190) escreve a respeito da atuação pedagógica com alunos surdos, mas os tópicos por ele propostos se consideram aplicáveis a toda prática pedagógica:

1. Favorecer a atividade própria dos alunos.
2. Organizar as atividades de aprendizagem em pequenos grupos.
3. Possibilitar que os alunos realizem tarefas diversas.
4. Utilizar métodos visuais de comunicação.

A avaliação é um tema delicado quando atuamos com alunos público-alvo da educação especial, porque ela tem sido discutida a partir de pressupostos equivocados, bem como as práticas pedagógicas ao se pensar em um processo avaliativo que considere as diferentes formas de expressar o conhecimento, todos os alunos se beneficiam dos diferentes instrumentos de avaliação. Mais do que definir e engessar as práticas avaliativas, é preciso pensar e repensar os

objetivos da avaliação e o diálogo com os alunos demonstrando claramente o que se pretende e como será avaliado.

6.5 Conclusão

Nesta aula, você entrou em contato com possibilidades de atuação em sala de aula com o objetivo de construir um ensino colaborativo, o que muda a perspectiva da relação e interação professor-aluno; a aprendizagem ocorre a partir do planejamento conjunto entre professores da sala comum e do atendimento educacional especializado.

O trabalho em pequenos grupos de alunos favorece a mediação entre professores e alunos; na prática pedagógica, não é raro que nós, na função de professores, tentemos explicar de diferentes formas e o aluno não entende, mas, quando um colega explica, ele compreende e é capaz de utilizar o conhecimento em diferentes situações.

Fundamentalmente, de todas as mudanças na prática pedagógica no que se refere à metodologia ou avaliação, todos os alunos se beneficiam e têm uma possibilidade efetiva de aprender.



Agora é sua vez...

Continue explorando os recursos disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem e realize as atividades online que tratam sobre os temas “**Ensino Colaborativo**” e “**Educação Especial**”.

Referências

- BLANCO, R. A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo. In: COLL, C; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. v. 3. Porto Alegre: Artmed. 2004.
- _____. Inovação e recursos educacionais na sala de aula. In: COLL, César; PALACIOS, Jesus. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 307-321.

- CAMPELLO, A. R. S. Pedagogia Visual/Sinal na educação dos surdos. In: QUADROS, R. M.; PERLIN, G. **Estudos Surdos II**. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2007.
- MACHADO, A. C. M.; ALMEIDA, M. A.. Parceria no contexto escolar: Uma experiência de ensino colaborativo para educação inclusiva. **Revista Psicopedagogia**, 2010; 27(84): 344-5.
- MARCHESI, A. Desenvolvimento e educação das crianças surdas. In: COLL, César; PALACIOS, Jesus. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 171-192.
- MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; TOYODA, C. Y. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, jul./set. 2011.